

Clipping
Sábado e Domingo
29 e 30/03/2008

Sem hierarquia e unidade, Poder Judiciário não existe.....	1
VERGONHA: STF compra sofá de dois lugares por R\$ 10.650,00.....	5
Obras no Judiciário vão custar R\$ 231,6 milhões este ano.....	6
Professor sem magistério dá aula para indígenas.....	7
Magistério descarta greve até fim de abril.....	7
Lucro prepara abertura de capital da CEEE.....	8
Tamanho do trabalho infantil preocupa o IBGE.....	9
Servidores pressionam Tribunal de Justiça.....	9
Quilombos cobram do Incra.....	10
Magistério mantém mobilização.....	11
Estudantes realizam atos, em Jornada de Lutas.....	11
MOVIMENTO.....	12
Audidores da Receita não aceitam proposta de 17%.....	12
40 anos depois de King, EUA discutem raça.....	12
Juiz trava projeto de porto em área indígena de Peruíbe.....	13
Greve dos auditores da DRT prejudica atendimento.....	14
Grandes bancos lucraram mais no governo Lula que no de FHC.....	15
Mundo do trabalho, sindicalismo e nanotecnologias. Entrevista especial com Ruy Gomes Braga Neto.....	15
Programas sociais elevam renda de mais pobres em 19% e atendem ¼ da população.....	18
Brasil tem 1,4 milhão de crianças de 5 a 13 anos trabalhando.....	19
Para juiz gaúcho, funk 'Tapinha' descreve humilhação contra a mulher.....	19
'Tapa de amor não dói? Dói. E muito'.....	20
Certificação digital permite economia e rapidez na justiça.....	21
Patrões e empregados divergem sobre redução de jornada.....	22

[Sem hierarquia e unidade, Poder Judiciário não existe](#)

por Aline Pinheiro

Advogado e jornalista em atividade há mais de 30 anos, Walter Ceneviva é um profissional — raro no mundo — que busca cada vez mais a especialização: ele é tão bom no jornal quanto o é na banca de advocacia. E se tornou um ser mais raro ainda por compreender e entender como ninguém as peculiaridades e idiosincrasias tanto da imprensa como do Judiciário.

A convivência de uma vida inteira com a informação e com o Direito deram a Ceneviva uma capacidade de entender coisas que todo mundo vê, mas não consegue explicar. A Constituição brasileira, por exemplo, com seus 200 artigos e infinitos incisos, é assim tão extensa por uma necessidade histórica. Com o país saindo de mais de 20 anos de ditadura, diz ele, “era preciso criar barragens úteis para consolidar um governo democrático. Esse resultado foi atingido”.

A situação mudou, a democracia se consolidou e hoje, ele acredita, só mesmo uma constituinte seria capaz de dar à Carta a unicidade que meia centena de emendas lhe roubaram nestes 20 anos de existência. Com perspicácia, Ceneviva sustenta também que os três poderes da democracia não chegaram ao Brasil com o equilíbrio pensado um dia por Montesquieu. “Porque o poder que pode é o Executivo. Ele tem mecanismos de decisão imediata e de interferência direta.”

Para Ceneviva, o legislativo deveria se chamar “legispassivo”, porque ele é subserviente ao poder que tem a chave do cofre. Já o Judiciário, simplesmente não existe como poder, porque lhe falta

harmonia interna e hierarquia. “Poder é um grupo harmônico que age sob uma ordem única. Não é assim no Judiciário. Não há um todo homogêneo, nem piramidal em cujo topo haja alguém ditando as regras, não só jurisdicionalmente, mas administrativamente também.”

Com essa visão, Ceneviva rebate as acusações do presidente da República — a quem se refere respeitosamente como “doutor Lula” — de que o Judiciário estaria invadindo a competência dos outros poderes. “A intervenção do Judiciário é boa e, ao contrário do que disse o doutor Lula, não é uma intromissão. Ao interferir, o Judiciário cumpre a sua função.” Para ele, os juízes falam nos autos e, como atores com papel político bem definido na sociedade, têm todo o direito e obrigação de se manifestarem sempre que forem solicitados.

Autor da coluna Letras Jurídicas da Folha de S. Paulo desde 1977, Ceneviva acabou se tornando um especialista consumado em literatura jurídica. Como jornalista do antigo jornal A Gazeta, recebeu um convite de Otávio Frias, de quem era amigo, para escrever na Folha. A sua coluna é publicada aos sábados pelo jornal. Como advogado, com diploma da USP, foi procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e diretor jurídico da Faculdade Cásper Líbero. Durante todo o tempo, advogou também em seu próprio escritório. Hoje, aos 80 anos, continua dividindo seu tempo entre a advocacia e o jornalismo.

Participaram da entrevista também os jornalistas Márcio Chaer, Maurício Cardoso e Rodrigo Haidar.

Veja a entrevista.

ConJur — Nos últimos dois anos, houve mudanças significativas nos quadros do STF, STJ e TST. Isso muda o perfil da cúpula da Justiça brasileira?

Walter Ceneviva — Não há cúpula na Justiça brasileira. Não há hierarquia. Não há Poder Judiciário, por mais estranho que seja dizer isso. Poder é um grupo harmônico que age sob uma ordem única. Não é assim no Judiciário. O Supremo Tribunal Federal não dá palpite no Tribunal de Justiça de São Paulo, por exemplo. Não há um todo homogêneo, nem piramidal em cujo topo haja alguém ditando as regras administrativas.

ConJur — Essa falta de cúpula é uma característica positiva da Justiça?

Walter Ceneviva — É uma característica preocupante. O Poder Judiciário tem que funcionar, tem que cumprir sua função. Pergunte para qualquer pessoa se o Judiciário funciona bem e ela vai dizer que não. É preciso mudar.

ConJur — O fato de um tribunal não interferir no outro não prejudica a comunicação entre eles, por exemplo, quando se fala em informatização?

Walter Ceneviva — A falta de comunicação é muito severa, mas há um esforço para melhor isso. É lento, é muito lento, mas está andando.

ConJur — O CNJ serve para dar uma uniformidade administrativa a esse conjunto?

Walter Ceneviva — O Conselho Nacional de Justiça foi criado para ser uma espécie de administrador geral da Justiça. Deveria ser um unificador de valores. O problema é que, daqui um ano, o pessoal do CNJ vai reclamar do excesso de trabalho. Aliás, o conselho já começou a ter pauta excessiva. Eu tenho uma idéia, mas que não é acolhida: criar conselhos estaduais e deixar o CNJ apenas como foro recursal. O CNJ tem componentes heterogêneos, oriundos de diversos estados e cujas vivências não valem para todos os lugares do Brasil.

ConJur — Mas aí seria criado um segundo Judiciário, só que administrativo.

Walter Ceneviva — Se isso não for feito, não vai dar para ultrapassar a barreira do excesso de clientela. Vai acontecer o mesmo que está acontecendo nos juizados especiais. Alguns já estão sobrecarregados.

ConJur — Aumentar o número de órgãos e de juízes é a única solução?

Walter Ceneviva — Não. Uma das alternativas é tirar algumas questões do Judiciário. Outra possibilidade é tentar fazer com que as partes cheguem a acordos. O Tribunal de Justiça de São Paulo está tentando fazer audiências de convocação. A idéia é deixar com o Judiciário só as questões que precisam mesmo ficar com ele.

ConJur — O que acha da nova geração de juízes que está chegando nos tribunais?

Walter Ceneviva — Sangue novo é bom. O quinto constitucional também é muito bom. Digo isso com tranquilidade porque nunca quis ser juiz. A mudança está acontecendo, mas é lenta. O grande salto dado até agora é a discussão se só os juízes mais antigos têm direito a participar das eleições para a presidência do tribunal. Permitir isso é bom. Por outro lado, não é bom politizar completamente os tribunais e permitir que todo o grupo de juízes vote. Ainda que a democracia permita isso, não é bom dentro do Judiciário. O Judiciário tem passado por uma transformação. É preciso que não haja Órgãos Especiais. Costumo brincar com meus amigos nos tribunais: “os componentes dos Órgãos Especiais não são só os muito velhos? Como podem ser especiais, então?”.

ConJur — Qual a sua opinião sobre a Constituição Federal do Brasil?

Water Ceneviva — Vou gabar o meu toco, como se diz lá em Tietê. Em linguagem jornalística, a expressão quer dizer: me auto-elogiar. Durante o trabalho da Constituinte em 1986 e 1987, eu disse para o meu amigo Geraldo Ataliba que era uma loucura fazer uma Constituição tão pormenorizada. Argumentei que a Constituição sofreria uma emenda a cada esquina, mas ele me disse que, naquele momento do país, precisava ser assim. Do ponto de vista técnico, talvez fosse melhor ter uma Constituição igual à dos Estados Unidos. Lá, quem cria emendas é a Suprema Corte, que altera seu entendimento e faz, uma hora, a lei dizer uma coisa e, outra hora, outra coisa. Aqui no Brasil não podia ser assim. Era preciso criar barragens úteis para consolidar um governo democrático. Esse resultado foi atingido.

ConJur — A nossa Constituição precisava ser emendada, então?

Water Ceneviva — Precisava, mas agora estamos chegando no momento de dar estrutura orgânica para a Constituição. Ela perdeu sua estrutura devido à quantidade de emendas que sofreu. O documento constitucional deve ter unicidade temática. Não precisa de unidade, mas de um todo destinado para um fim. Tem de ser um norte, e não uma rosa dos ventos. As normas programáticas e as inutilidades devem ser extirpadas da Constituição. Ela defende belezas como a afirmação democrática do Direito e, ao mesmo tempo, fixa taxa para venda de cigarro. Continuo achando que ela não precisava ser tão extensa.

ConJur — É preciso chamar uma Constituinte?

Water Ceneviva — Era preciso esperar um tempo depois do fim da ditadura, mas a hora já chegou.

ConJur — O senhor citou o caso dos Estados Unidos, onde o próprio Judiciário emenda a Constituição ao mudar a sua interpretação. Isso também acontece aqui no Brasil?

Water Ceneviva — A intervenção do Judiciário é boa e, ao contrário do que disse o nosso eminente presidente da República, doutor Lula, não é uma intromissão. Ao interferir, o Judiciário cumpre a sua função. Convém que o Judiciário interfira para sustar aqueles que supõem que podem fazer tudo. Quando o Judiciário exagera demais, está na hora de mudar a Constituição. A ela, o Judiciário sempre mostrou respeito, mesmo quando foi editada pelo governo da ditadura. A experiência brasileira pós 1985 mostrou interferências extremamente positivas do Judiciário, mesmo quando pode-se dizer que ele errou.

ConJur — Qual é o grande problema do Judiciário?

Water Ceneviva — O problema é o excesso de carga de trabalho. O Supremo Tribunal Federal tem a função de guardião da Constituição, que também inclui incisos próprios do Direito geral. Por isso, o STF não é uma corte exclusivamente constitucional como a corte alemã, por exemplo, que o ministro Gilmar Mendes tanto fala (aliás, ele raciocina em alemão). O STJ, criado para tratar do Direito comum, não consegue cumprir seu trabalho porque as regras do Direito comum são muito extensas e a interpretação se renova a cada dia. Os 33 ministros não dão conta e esse número não aumenta porque os ministros não querem. Eles acham que isso iria omitir a personalidade do tribunal, o que é um argumento bonito, mas que não resolve o problema. Há cortes européias com 400 juízes. A corte norte-americana tem só nove porque é estritamente constitucional. Aqui, não é assim. Há milhares de processos.

ConJur — Ao julgar a prisão civil para depositário infiel, que goza de permissão constitucional, os ministros do STF estão caminhando para entender que o Pacto de São José da Costa Rica tem o mesmo valor que emenda constitucional e, por não permitir a prisão, ele revoga o dispositivo

constitucional que permite. Aceitar que um tratado internacional revogue trecho constitucional não enfraquece a Constituição brasileira?

Water Ceneviva — Há uma norma constitucional que equipara tratado a emenda. Não gosto disso porque os tratados, muitas vezes, são influenciáveis por interesses que podem não ser compreendidos no momento em que os tratados são assinados. A maioria dos nossos parlamentares, ao discutir a aprovação de um tratado [desde a Emenda Constitucional 45/04, a votação é necessária para que ele seja adicionado às normas brasileiras], não tem a menor idéia do que está discutindo. E não é porque são ignorantes. Eles são tão bons quanto os dos outros países, mas não entendem de todos os assuntos. Deixar a aprovação de um tratado nas mãos do Congresso Nacional e do presidente da República pode resultar na aprovação de interesses que não são do Brasil. Não pode ser assim. Tratado é tratado e Constituição é Constituição.

ConJur — Na hierarquia das leis, então, qual seria o lugar dos tratados internacionais?

Water Ceneviva — Fazemos do conteúdo deles emendas à Constituição. A idéia é emendar naquele campo que possa convir ao tratado, mantendo o todo harmônico que a Constituição deve ser. Vão me dizer que esse sistema não é eficaz. Mas, então, qual é? Permitir que tratado seja emendado à Constituição, certamente, não é.

ConJur — O Brasil precisa ter uma lei de imprensa?

Water Ceneviva — A lei de imprensa é necessária porque há realidades próprias da comunicação social que não são compatíveis com o Direito comum. A imprensa, às vezes, injúria, difama ou até calunia alguém. Os efeitos disso em um jornal de bairro e em outro de rede nacional são muito diferentes e assim devem ser tratados. O Direito comum não tem soluções compatíveis com a necessidade penal e civil das responsabilidades da imprensa. A lei de imprensa também protege a liberdade da qual tem de desfrutar o jornalismo, que tem de ter até a liberdade de errar.

ConJur — O senhor acha que falta autocritica à imprensa?

Walter Ceneviva — Certas coisas não se transformam abruptamente, mas nós estamos evoluindo. Na década de 1980, os jornais eram submetidos à censura. Depois, nos anos de 1990, passaram a esculhambar Deus e o mundo. Hoje, os jornais passaram a publicar mais o famoso Erramos. É claro que o jornalista não gosta de fazer isso. Muitos têm arrogância de achar que a crítica feita a ele é mais injusta e menos válida do que a que ele fez a outra pessoa. Por outro lado, não podemos ignorar que muitas pessoas que se queixam de injustiça são as mesmas que, em outras ocasiões, delataram outros à imprensa. Exemplo clássico disso é a princesa Diana e o príncipe Charles. Um acusava o outro de usar da mídia para atingir o cônjuge. A imprensa se divertia com isso. Como o governador de Nova York foi apanhado pulando a cerca? Alguém delatou, lógico. No Brasil, também acontece isso.

ConJur — Como o senhor vê a relação entre a imprensa e o Judiciário?

Walter Ceneviva — A relação entre os dois parte de um erro fundamental. O Judiciário não entende nada de imprensa e a imprensa não entende nada de Judiciário. Jornalista entende é de Poder Executivo. Eu costumo dizer que não há tripartição dos Poderes no Brasil. O único poder que existe é o Executivo. Ele tem mecanismos de decisão imediata e de interferência direta. O Legislativo apenas cede à pressão do Executivo. Por isso, chamo-o de legispassivo. O Judiciário é um poder ignorado pelo povo, que não sabe como ele funciona. O jornalista também não compreende que o Direito é uma massa disforme que permite vários ajustes. Tem dificuldade de entrevistar os juízes porque não sabe como formular uma pergunta. O juiz não entende a pergunta e responde aquilo que quer.

ConJur — Os juízes costumam dizer que só falam no processo.

Walter Ceneviva — O ministro Marco Aurélio é capaz de honrar qualquer tribunal de qualquer país. Ele é notável. Não tem medo de falar. Se todos entenderem que o juiz só fala no processo, como um ministro do STF poderá falar de questões políticas? Como a Associação dos Magistrados Brasileiros vai poder se pronunciar? É uma bobagem dizer que juiz só pode falar nos processos. Ele fala no processo sobre a questão que está em discussão, mas não é um extraterrestre que não pode falar fora isso.

ConJur — Judiciário e imprensa, então, não falam a mesma língua. É isso?

Walter Ceneviva — Uma das minhas palavras mais frequentes é o juridiquês. Lembro da história do advogado que levou o cliente na audiência e, na saída, o cliente perguntou ao defensor: “e aí? Ganhamos ou perdemos?”. Juiz, promotor, advogado falam a linguagem comum. Isso é muito ruim. Mas, além disso, o Direito é tão complicado e cheio de nuances que, às vezes, é difícil explicar na linguagem comum. Eu sofro muito para não escrever em juridiquês, porque isso mata o Direito.

ConJur — O senhor não acha que a comunicação entre Judiciário e jornalista está melhorando?

Walter Ceneviva — O processo é lento, mas há um esforço. Há coisas difíceis de entender, por exemplo, por que o Judiciário dá R\$ 1 milhão de indenização para um juiz ofendido e só R\$ 50 mil para a mãe de uma criança que morreu atropelada. É difícil de entender, mas há um raciocínio lógico. O juiz tem uma função nobre — de dar o Direito — e deve ser ofendido menos vezes e menos gravemente.

ConJur — O senhor é um grande conhecedor da literatura jurídica. Quais são os critérios para o advogado escolher o que vai ler?

Walter Ceneviva — A escolha depende do enfoque que o interessado quer dar. Se o objetivo é ser apenas um profissional técnico no manuseio do processo em favor do seu cliente, não é preciso ler um estudo profundo de comentários dos códigos como o que foi feito por Pontes de Miranda. Basta breves anotações, com enfoque na jurisprudência dos tribunais e menos doutrina. Se o objetivo é seguir carreira acadêmica, é preciso ler os preceitos fundamentais e procurar os grandes autores. É preciso saber as alterações fundamentais pelas quais o processo passou em duas etapas fundamentais para o Direito Processual brasileiro, que é a da influência dos grandes juristas italianos e alemães no século XIX e depois no século XX e o resultado que estas transformações doutrinárias provocaram na nossa legislação. Se o interesse for o Direito Administrativo, é preciso buscar o Direito Francês, que influenciou o Direito Brasileiro. O importante é que o advogado decida se ele quer ser um doutrinador ou um árduo profissional que encosta a barriga no balcão.

ConJur — Quais grandes autores jurídicos brasileiros o senhor citaria?

Walter Ceneviva — O Brasil teve, durante o século XX, um grupo de autores de Direito Civil absolutamente extraordinário: Orlando Gomes, Washington de Barros Monteiro, Silvio Rodrigues, Rubens Limongi França e Pontes de Miranda, por exemplo. Corro o risco de ser injusto e deixar alguém de lado. No Direito Administrativo, posso citar Celso Antonio Bandeira de Mello, José Cretella Júnior e Hely Lopes Meirelles, que deixou uma marca extraordinária. No Direito Constitucional, temos excelentes autores, como José Afonso, Michel Temer, Celso Bastos e Ives Gandra. Na área do Processo Civil, há um grupo importante da PUC, formado por Arruda Alvim e sua mulher, Tereza Alvim. Há o grupo da PUC também na área de Direito Civil — João Batista Lopes, Silvio de Salvo Venosa, entre outros. Tem o pessoal da USP e da Fundação Getúlio Vargas. Enfim, eu ficaria aqui horas citando mais de duzentos nomes.

ConJur — O senhor escreve na Folha de S. Paulo a coluna Letras Jurídicas há mais de 30 anos. Não pensa em transformar o material em livro?

Walter Ceneviva — Meus amigos insistem para eu reunir os textos em um livro. Eu não tenho paciência para isso. Precisaria de alguém para fazer. Além disso, a coluna é transeunte, embora seus assuntos sejam perenes. Publiquei um texto em 1979 com o perfil do Judiciário. Esse texto ainda vale para hoje. Talvez um dia eu me anime. São mais de 1,5 mil colunas.

Revista Consultor Jurídico, 30 de março de 2008

[VERGONHA: STF compra sofá de dois lugares por R\\$ 10.650,00](#)

29/3/2008 - 16:43

O Supremo Tribunal Federal (STF) comprou esta semana um sofá de dois lugares por R\$ 10.650,00. A aquisição foi feita na véspera da posse do ministro e presidente do STF, Gilmar Mendes, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocasião em que criticou a construção de novas sedes para o Poder Judiciário e defendeu critérios para as obras. O ministro também disse que, em

alguns casos, pode estar havendo excessos.

A compra do mobiliário, feita por meio de empenho orçamentário (compromisso de recursos para posterior pagamento), lançado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) na última terça-feira, tem a seguinte descrição: “sofá de dois lugares com duas almofadas soltas e revestimento fixo, totalmente em couro natural, medindo 230x100x85cm. Altura do assento ao piso de 42cm. Cor preta. Referência: sofá longo, coleção shon, design Fabrizio Ballardini 1997. marca Estoline. Prazo de execução dos serviços: 45 dias. Garantia de cinco anos”. [Veja o empenho.](#)

O preço pago pelo STF na compra do sofá poderia ter sido ainda maior, pois o pregão eletrônico, realizado no último dia 18, estimava o valor da compra da mobília em R\$ 20,5 mil. Sete fornecedores participaram da licitação e o ganhador foi a empresa Ronelito da Costa Pinto. O Contas Abertas entrou em contato com uma revendedora de móveis em Brasília para saber quanto custa um sofá com as mesmas características. A informação é de que a mobília é vendida por R\$ 21,1 mil. No mesmo pregão eletrônico, o STF ainda comprou duas mesas de reunião ovais por R\$ 12,2 mil. A empresa vencedora foi a RD Móveis ([clique aqui para ver a nota de empenho da compra](#)).

O ministro Gilmar Mendes também disse, ao tomar posse no CNJ, que, em algumas obras do Judiciário, pode estar havendo excessos. “Tenho a impressão que este é um tema sensível. É preciso que encontremos critérios, diretrizes padrões para sabermos de fato se aqui ou acolá pode estar tendo excesso. Administramos um orçamento exíguo, com limitações. Em alguns casos temos comarcas em que falta papel, questões básicas ligadas à informática. E em outros casos verificamos às vezes um excesso quanto à construção de obras. É preciso que estabeleçamos um padrão adequado. Essas insinuações às vezes podem ser acusações legítimas”, destacou Mendes.

Já o ministro Marco Aurélio Mello, que também é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ironizou a declaração de Mendes. Marco Aurélio tem sido o maior defensor da manutenção do orçamento do Poder Judiciário. “Vamos conseguir uma sede para o CNJ. Ele tem como atribuição planejar o Judiciário como um todo. Não é desejável funcionar no mesmo prédio do Supremo”, comentou.

O Contas Abertas entrou em contato com a assessoria do Supremo para saber qual o destino do sofá e quem irá usá-lo. No entanto, até o fechamento da matéria, ninguém comentou sobre o assunto.

Supremo gastou R\$ 2 milhões com mobiliário em 2007

No ano passado, o STF gastou R\$ 2 milhões apenas com mobiliário em geral. Já a União (Executivo, Legislativo e Judiciário) gastou R\$ 328,9 milhões com o mesmo item. Esse gasto da União com a compra de mobília em geral foi superior, por exemplo, aos gastos do governo federal com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 2007, R\$ 274,3 milhões.

Obras no Judiciário vão custar R\$ 231,6 milhões este ano

Brasília - O orçamento de 2008, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula, prevê 231,6 milhões para 174 obras do Judiciário em todo o país. No projeto de lei encaminhado pelo Executivo para este ano, as obras estavam previstas em R\$ 312,9 milhões, ou seja, com os cortes impostos pelo fim da CPMF, o valor foi reduzido em 26%. O orçamento para este ano prevê 151 construções de novas instalações em todo o país, como edifícios-sede de tribunais, anexos, cartórios eleitorais, varas e fóruns trabalhistas, entre outras. Além disso, estão orçadas mais dez recuperações e modernizações de edifícios, cinco reformas e oito ampliações de prédios. Veja a lista completa das obras do Judiciário para 2008.

Entre as obras mais caras, estão a de modernização de instalações físicas da Justiça do Trabalho em Brasília (R\$ 18,1 milhões), a construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª

região em Vitória, Espírito Santo (R\$ 14,9 milhões) e a construção de edifício-anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador (R\$ 12,4 milhões). O montante global das obras do Judiciário é três vezes superior ao orçamento total para este ano do CNJ.

Já a construção do edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília, por exemplo, que estava orçado inicialmente em R\$ 80 milhões para este ano, não vai sair do papel. Depois dos cortes orçamentários sofridos no Congresso, não ficou um centavo no orçamento para a obra em 2008.

Professor sem magistério dá aula para indígenas

Na Reserva da Guarita, em Redentora e em Tenente Portela, dos 149 professores, 21 não têm qualificação

Professores pouco mais qualificados que seus alunos dão aula para séries iniciais na Reserva do Guarita, no noroeste do Estado.

Há mais de 10 anos, quando o Estado assumiu as escolas em reservas, não havia professor indígena com magistério em número suficiente nas comunidades, exigência mínima para contratações e concurso.

Somente na Reserva do Guarita, em Redentora e Tenente Portela, dos 149 professores, 21, todos índios, não têm o magistério. Alguns estudaram até a 8ª série. Outros frequentaram turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Uma portaria permite a contratação daqueles que estão cursando os ensinos Fundamental e Médio em caso de a comunidade não ter docentes indígenas com formação mínima necessária. Porém, pelo menos cinco professores caingangues, com magistério, já estariam aptos, e não encontram vaga.

Comunidade exige professor indígena para 1ª e 4ª série

Daniela Sales, 20 anos, está neste grupo. Há três anos, quando concluiu o magistério, ela se inscreve para ocupar uma vaga em uma das 12 escolas. Mas sempre ouve que não tem vaga.

Ela se forma neste ano em Letras, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

- Todos estamos desempregados. Aqui, na área, os únicos empregos são o de professor ou agente de saúde. O governo federal dá bolsa para a gente trabalhar na comunidade - conta Daniela.

A situação deixa o cacique Valdones Joaquim constrangido. Ele cobra a contratação dos profissionais qualificados, mas teme que os demais fiquem desempregados.

Valdones Joaquim quer que o Estado crie cursos de formação diferenciados, voltados para a cultura dos índios. Para 1ª a 4ª série, a comunidade exige que os professores sejam indígenas.

- Não adianta tirar os 21, colocar os cinco e completar as 16 vagas com brancos. No ano que vem, caso continuarem na mesma situação, terão de procurar outro emprego - justifica o cacique, que deu um prazo para os professores concluírem seus estudos.

Magistério descarta greve até fim de abril

Até o dia 25, regiões devem se revezar em paralisações diárias

Em uma assembléia na tarde de ontem, em Porto Alegre, milhares de professores da rede estadual gaúcha descartaram a possibilidade de greve pelo menos até o fim de abril.

Mas o Cpers-Sindicato promete manter a mobilização em busca de melhores salários e contra a redução de turmas nas escolas e a previsão de menos autonomia para diretores.

Até segunda-feira, a entidade pretende organizar um calendário com um rodízio de paralisações diárias até 25 de abril, quando ocorre nova reunião do magistério. O plano prevê que docentes de uma ou duas regiões do Estado cruzem os braços a cada dia para pressionar a Secretaria Estadual da Educação.

Na questão salarial, além da definição de uma política de reajustes nos rendimentos, os professores querem a oficialização do piso mínimo regional, de R\$ 468, como o salário inicial para os professores. Hoje, eles recebem esse valor graças a um benefício complementar de até R\$ 206 - mas esse dinheiro não entra no cálculo de futuras vantagens profissionais, como o triênio.

Segundo a presidente do Cpers-Sindicato, Simone Goldschmidt, a categoria também exige um novo concurso público para sanar a escassez de professores e funcionários nas escolas. Ainda deseja a manutenção da autonomia dos estabelecimentos.

Em entrevista a Zero Hora neste mês, a secretária de Educação, Mariza Abreu, admitiu que pretende um maior controle das instituições pela SEC - com auditorias periódicas, por exemplo.

- Não queremos o desmonte da educação - afirma Simone.

Na assembléia que definiu a estratégia de mobilização, no Ginásio Gigantinho, o Cpers calcula que 119 ônibus e 18 micros tenham rumado do Interior para a Capital. Os organizadores estimaram que 7 mil educadores ocuparam as arquibancadas do ginásio.

A entidade havia programado também uma caminhada até o Piratini, mas desistiu porque a reunião só terminou depois das 17h - horário que complicaria o retorno dos professores para suas cidades de origem.

Antes da nova assembléia, que vai rediscutir a possibilidade de greve, em 25 de abril, os docentes prometem novos protestos no dia 9 para pressionar a SEC a uma nova rodada de discussões.

Contraponto

O que diz a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu

A SEC prevê uma nova reunião com a direção do Cpers em abril para discutir a pauta de reivindicações, mas reforça as dificuldades do Estado. Ela afirma que o Palácio Piratini já faz um esforço para assegurar, por exemplo, o pagamento de um terço referente a férias sobre 56 dias, e não 30 como ocorre com os trabalhadores da área privada.

- No mundo real, a gente faz o que pode, nem sempre o que quer - defende.

Lucro prepara abertura de capital da CEEE

Empresa atinge resultado de R\$ 82,45 milhões e reforça investimento

Ao anunciar o lucro do grupo Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) no valor de R\$ 82,45 milhões, o maior desde 1997, quando ocorreu a venda parcial da empresa, o secretário de Infra-Estrutura, Daniel Andrade, confirmou que o governo gaúcho estuda uma abertura de capital, embora ainda não tenha sido tomada a decisão final nem exista um prazo previsto.

- Injeção de dinheiro novo o mundo inteiro faz, é uma possibilidade concreta para a CEEE, mas não está decidido ainda - afirmou Andrade ao ser perguntado sobre a possibilidade de um processo semelhante ao do Bannisul.

Fez questão, porém, de negar qualquer possibilidade de o Estado vir a abrir mão do controle da empresa:

- A governadora (Yeda Crusius) já disse que nosso governo não vai fazer privatização nenhuma.

Uma estatal pode ter uma gestão eficiente, porque é uma empresa como outra qualquer, só que do Estado.

Andrade sugeriu que há outra estatal à frente da CEEE na fila das candidatas à abertura de capital, citando a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), que a partir do próximo ano dobra a produção de carvão para atender à Fase C da usina térmica Presidente Médici, de 2 milhões de toneladas por ano para 4 milhões de toneladas anuais.

- A CRM está investindo R\$ 250 milhões em novos equipamentos, e tem a expectativa de um mercado de 10 milhões de toneladas anuais dentro de quatro anos - afirmou.

Há dois meses na presidência da CEEE, José Francisco Pereira Braga, que ocupa a diretoria de transmissão desde o início do governo - atualmente, acumulando os cargos -, considerou o resultado "extremamente expressivo". Andrade ressaltou que as mudanças que levaram ao lucro (veja quadro) foram iniciadas sob o comando de Delson Martini, guindado à Secretaria-Geral de

Governo:

- Foi quem capitaneou esse processo.

Com base em projeções de lucro líquido feitas pela CEEE até 2017, o secretário destacou que em 10 anos a estatal terá uma situação ainda mais robusta. Para este ano, a estimativa é de R\$ 109,8 milhões de lucro líquido entre as duas áreas de atividade - geração e transmissão com a maior fatia, de R\$ 76,14 milhões, e a de distribuição com R\$ 33,66 milhões. Em 2017, o total passará de R\$ 1 bilhão. Um dos benefícios dos melhores resultados, destacou Andrade, é o fato de que a CEEE poderá responder melhor ao "crescimento vertiginoso" no consumo de energia:

- Estamos atentos, para aumentar a geração e garantir uma distribuição segura, evitando risco de apagão.

Como foi obtido o resultado

Os fatores que contribuíram para o lucro:

1. Cortes de custeio

Em 2007, a CEEE superou a meta determinada pela governadora de 20% a menos no custeio e alcançou diminuição de 29%, graças principalmente à redução de estoques de equipamentos para uso em obras.

2. Redução do passivo judicial

Problema histórico, as dívidas trabalhistas estão estabilizadas e diminuindo. Em 2007, a CEEE economizou R\$ 23 milhões nos pagamentos previstos em R\$ 100 milhões. O passivo total, incluindo ações cíveis, está ao redor de R\$ 800 milhões.

3. Negociação de dívidas e de custos financeiros

Uma dívida de R\$ 50 milhões com a Eletrobrás foi renegociada com novos prazos e menor custo. Operações de captação de recursos no mercado foram feitas com juros mais baixos.

4. Recuperação de receita

Dívidas de prefeituras com a CEEE, que alcançavam R\$ 37 milhões em 2006, foram reduzidas para R\$ 23 milhões com a recuperação da diferença ao longo do ano passado. Hospitais também quitaram R\$ 1,8 milhão de pendências totais de R\$ 10 milhões.

Tamanho do trabalho infantil preocupa o IBGE

O Brasil tinha 1,4 milhão de crianças e jovens de cinco a 13 anos trabalhando em 2006, o que é proibido. Apesar dos programas sociais do governo federal, a proporção (4,5%) foi a mesma registrada em 2004, revela o estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No grupo de cinco a 17 anos, o total de crianças e adolescentes ocupados chegou a 5,1 milhões, e o quadro praticamente não se alterou no mesmo período: a proporção caiu de 11,8% para 11,5% da população dessa faixa etária.

O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, classificou os números como "preocupantes", na medida em que a legislação proíbe o trabalho de menores de 14 anos.

- A realidade também nos revela que há uma população com nível de renda tão baixo que a família se vê obrigada a inserir as crianças numa idade ainda incipiente no mercado de trabalho - disse Nunes na divulgação do estudo.

Segundo os pesquisadores do IBGE, o trabalho infantil, principalmente a partir dos 14 anos, está "diretamente relacionado" ao fato de os jovens não estarem frequentando a escola como deveriam.

- Ficou claro que quanto mais informação e escolarização os pais têm, mais a criança fica fora do trabalho infantil. É isso que nós temos que atacar. Mesmo transferindo renda, não se consegue tirar a criança do trabalho - afirmou Ana Gomes, secretária nacional de Assistência Social.

Servidores pressionam Tribunal de Justiça

Servidores do Judiciário do Estado realizaram sexta-feira, no auditório da Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre, a primeira assembléia geral do ano para deliberar ações relativas à campanha salarial da categoria. A estimativa do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS (Sindjus/RS) é que 500 servidores procedentes de 70 comarcas do Estado tenham participado da assembléia.

Os servidores deliberaram intensificar a mobilização da campanha salarial e realizar um dia de paralisação no RS, a fim de pressionar o Tribunal de Justiça do Estado a enviar para a Assembléia Legislativa o projeto de lei referente à reposição das perdas da categoria. O sindicato também vai tentar uma audiência com o presidente do TJ para discutir assuntos de interesse da categoria e buscar uma negociação.

Os trabalhadores do Judiciário estão há quatro anos sem reposição salarial e calculam perdas de 56,62%. Segundo o coordenador-geral do Sindjus/RS, Valter Assis Macedo, 'os servidores não suportarão mais um ano sem a reposição das perdas'. Mesmo assim, o dirigente espera que o presidente do tribunal envie à Assembléia Legislativa, o mais breve possível, projeto de lei com reposição para os servidores. 'Quando assumiu, o atual presidente firmou o compromisso de colocar o Judiciário gaúcho como referência no país, mas isso só será possível com a valorização dos servidores, o que passa pela questão salarial', disse. O Sindjus/RS representa aproximadamente 4 mil servidores da Justiça em todo o Estado.



Sindjus promoveu assembléia

[Quilombos cobram do Inbra](#)

Representantes de comunidades remanescentes de quilombolas no Rio Grande do Sul estão cobrando do superintendente regional do Inbra, Mozar Artur Dietrich, agilidade nos processos de reconhecimento e titulação das terras e alterações da instrução normativa que regulamenta o

procedimento. O coordenador regional das comunidades, Manuel Boeira, disse que, dos 35 processos abertos no Incra/RS, apenas seis têm relatório técnico de identificação e delimitação do território. O documento é fundamental para que o instituto promova desapropriações e emita o título de posse da terra.

'O primeiro quilombo a ser reconhecido no Estado foi o de Casca, no município de Mostardas, em 2001. Passados sete anos, a comunidade ainda espera pela titulação', enfatizou o coordenador jurídico adjunto de Assessoria de Comunidades Remanescentes de Quilombolas, Ubirajara Toledo. Conforme ele, trazer essa discussão à tona é romper com a invisibilidade imposta pela história oficial sobre a importância do negro na construção do Brasil.

O superintendente revelou que a realidade das comunidades quilombolas é novidade para o Incra, que passou a ter a atribuição de promover a regularização fundiária dessas áreas em 2003, dentro programa do governo federal Brasil Quilombo. Existe o registro da existência de 3,5 mil comunidades quilombolas no país –134 no RS.

'O Incra ainda não está preparado para esse processo, pois carece de recursos humanos', disse Dietrich. Para ele, dos seis processos com relatórios concluídos, só três exigem entre 30 e 40 desapropriações para titular a terra. Dietrich admitiu a necessidade do trabalho, mas 'para recompor a demanda seria necessário outro Incra'.

Magistério mantém mobilização

Educadores rejeitam greve agora e aguardam para avaliar proposta do governo

A maioria dos 42 núcleos regionais do Cpers decidiu ontem à tarde, no Gigantinho, em Porto Alegre, manter a mobilização da categoria até 25 de abril, data da próxima assembléia geral. A idéia é ter tempo para avaliar a proposta que o governo do Estado deve apresentar nos próximos 15 dias. Do total de núcleos, seis defenderam a deflagração imediata de greve por tempo indeterminado. Esta foi também a postura de parte da direção do sindicato.

Venceu, segundo a presidente do Cpers, Simone Goldschmidt, a proposição oriunda da base. Ao final da assembléia, ela salientou que a categoria não abrirá mão das reivindicações, entregues quarta-feira, em audiência com os secretários estaduais da Educação, Mariza Abreu, e adjunto da Fazenda, Ricardo Englert. A pauta inclui estabelecimento de política salarial e concurso público para funcionários e professores. 'Estamos dando um tempo para a categoria acumular forças para o enfrentamento', sustentou Simone, ressaltando que haverá paralisações escalonadas, nos núcleos, envolvendo todas as escolas até a data da assembléia. Ficou definido ato público estadual, dia 9/4, na Capital, reunindo as representações regionais.

A assembléia de ontem, com pelo menos 6 mil participantes, que contou com caravana de 108 ônibus, mostrou que a mobilização de funcionários e professores da rede estadual cresce, em resposta a ações do governo Yeda, como o fechamento de escolas e reorganização de turmas, segundo os educadores. Para Simone, a adesão da categoria ao movimento de construção de greve por tempo indeterminado está sendo fomentada pela indignação e revolta em relação ao que está sendo imposto à Educação pública gaúcha.

Estudantes realizam atos, em Jornada de Lutas

Cerca de mil estudantes secundaristas e universitários protestaram ontem, na Capital, contra o fechamento de escolas na rede estadual e pela abertura de vagas nas universidades públicas. Entre outras medidas, reivindicaram gestão democrática nas escolas e limitação do capital estrangeiro nas universidades. Promoveram caminhada até o Palácio Piratini, onde houve ato público, integrando a Jornada Nacional de Lutas do Movimento Estudantil. A ação lembrou os 40 anos do assassinato do jovem Edson Luis, à época, com 18 anos, atingido por um tiro no peito, o que se tornou um marco da mobilização de estudantes em 1968.

Os participantes do movimento partiram das escolas estaduais Julinho e IE e da Faculdade de Educação da Ufrgs, com concentração na Praça Argentina, de onde começaram a caminhada pelas

ruas do Centro até a Praça da Matriz. 'É um protesto em defesa da Educação pública que está sendo atacada', afirmou o vice-presidente da União Nacional dos Estudantes no RS, Mateus Fiorentini. O percurso foi acompanhado pelo 9º BPM. No Piratini, reivindicaram audiência com o governador em exercício Paulo Afonso Feijó, mas a chuva forte, no momento, desmobilizou o grupo. Pouco antes, um confronto com a BM devido à restrição à colocação de carro de som resultou na detenção de um estudante, que foi levado ao Deca.

MOVIMENTO

Professores e funcionários de escolas lançaram ontem, na Capital, o Movimento por uma Nova Direção para o Cpers. O objetivo é formar uma chapa para confrontar a atual direção na eleição sindical deste ano. A frente tem a adesão de atuais dirigentes, como Neida Oliveira e Neiva Lazzarotto (

Audidores da Receita não aceitam proposta de 17%

Os auditores fiscais da Receita Federal decidiram manter por tempo indeterminado a paralisação iniciada há uma semana. Ontem, em assembléia geral, o comando regional de greve rejeitou a proposta de 17% de aumento feita pelo governo federal. Os trabalhadores reivindicam 42% de reajuste salarial. Atendimentos referentes ao Imposto de Renda são mantidos por analistas técnicos e agentes administrativos.

40 anos depois de King, EUA discutem raça

Discurso de Barack Obama reaviva assunto às vésperas de aniversário do assassinato do pastor e ativista negro, na sexta-feira

"Racismo voltou ao centro da sala", afirma estudioso; discurso de outro pastor forçou democrata a usar tema, antes evitado por ele

28.ago.1963/France Presse

SÉRGIO DÁVILA

DE WASHINGTON

Em 1968, Barack Obama ainda atendia por "Barry" e era uma criança magricela de seis anos que estudava em Jacarta, na Indonésia, onde vivia com a mãe e o padrasto. Ele não se lembra do que estava fazendo no dia 4 de abril daquele ano, quando Martin Luther King Jr., 39, foi assassinado na varanda do segundo andar do motel Lorraine, em Memphis, no Tennessee, por um tiro disparado às 18h01 locais.

Nesta sexta-feira, quando a morte do líder negro completar quarenta anos, Obama fará um discurso em homenagem ao ex-pastor batista. Entre uma e outra data, "Barry" se tornou o primeiro candidato negro com chances reais de chegar à presidência dos EUA na história do país. De quebra, trouxe a questão racial para o centro do cenário político. Não por vontade própria, mas obrigado pelos sermões de outro pastor, o incendiário Jeremiah Wright.

Um líder abriu caminho para que Obama fosse quem é e outro o levou a tocar num assunto que evitava por medo de alienar o eleitor branco. "Seja qual for o motivo, o fato é que Obama ousou falar do elefante que hoje está no meio da sala de estar de toda família americana", disse à Folha Clarence B. Jones, 77, advogado e ex-escritor de discursos de Martin Luther King. "O racismo." Jones lança nessa semana "What Would Martin Say?" (o que Martin diria?, editora Harper Collins), sobre os sermões e discursos do ativista, que ele acompanhou por oito anos. Segundo o King Papers Project, da Universidade Stanford, Jones ajudou a escrever o discurso "I Have a Dream" ("Eu Tenho Um Sonho") e conseguiu tirar da cadeia os manuscritos que o líder negro escreveu quando preso, em 1963.

No raciocínio do advogado, a ironia reside no fato de Obama ter sido levado a fazer o que ficou

conhecido como "the speech" (o discurso), no dia 18 último, na Pensilvânia, em decorrência da publicidade dos vídeos polêmicos de Wright, publicidade essa que ganharia uma ajuda importante da campanha de uma candidata mulher, no caso Hillary Clinton.

Legado

"Tanto Obama como Hillary se beneficiam do legado de King", diz ele. "Com exceção de Abraham Lincoln, King fez mais pelos direitos civis dos norte-americanos, negros ou mulheres, do que qualquer pessoa em 400 anos de história."

"Em vários momentos, houve comentaristas que me definiram como negro demais ou negro de menos", discursou Obama, na Filadélfia. "A imprensa vem vasculhando todas as pesquisas de boca-de-urna em busca de indícios mais recentes de polarização racial, não só entre negros e brancos mas também entre negros e pardos [latinos]."

No entanto, continua o pré-candidato, foi apenas nas duas últimas semanas que a discussão da raça se tornou "assunto especialmente divisivo". Na verdade, defendem Jones e outros, ela sempre esteve lá -mas foi necessário um catalisador para que saísse debaixo do tapete e chegasse ao centro da sala, nas palavras do advogado.

"A campanha de Barack Obama finge que transcende a questão racial", afirma o acadêmico Shelby Steele, do conservador Instituto Hoover, na Califórnia. "Mas o paradoxo é que sua campanha é toda ela a respeito da questão racial -e sobre pouca coisa mais."

Autor de "White Guilt - How Blacks and Whites Together Destroyed the Promise of the Civil Rights Era" (culpa branca - como negros e brancos, juntos, destruíram a promessa da era dos direitos civis, Harper Collins, 2006), ele divide políticos negros que conseguem ir além do eleitorado de origem em duas categorias: "desafiadores" e "barganhadores".

Os primeiros, segundo ele, têm um estilo confrontador e tendem a alienar o grande público. É o caso de Al Sharpton e Jesse Jackson, dois ativistas e líderes religiosos com candidaturas frustradas à Presidência. Entre os segundos estaria Obama. Por quê? Em troca de ganhar a simpatia da maioria branca, diz o estudioso, o senador deixa de lidar com o histórico de racismo do americano.

Ou deixava, até ser forçado a enfrentar o assunto pelas falas de Wright. Com bons resultados, a julgar por levantamento do Pew Research Center. Dos ouvidos pelo instituto, 51% acharam que a reação do senador ao episódio foi "excelente" ou "boa". A mesma pesquisa -feita nos quatro dias seguintes ao discurso de Obama, por telefone, com 1.503 adultos e margem de erro de cinco pontos percentuais- conclui que a maioria acredita que o fato de Obama ser negro não afetará o total de votos que pode receber. É o que responderam 49% dos ouvidos, ante 21% que acham que o ajudará e mesmo percentual que diz que o prejudicará.

"Eu não estaria disputando a presidência se não acreditasse de verdade que é isso que a imensa maioria dos norte-americanos deseja para o país", discursou Obama. "Nossa união talvez jamais venha a ser perfeita, mas geração após geração demonstrou que ela sempre pode ser melhorada."

[Juiz trava projeto de porto em área indígena de Peruíbe](#)

50 famílias de índios moram em terreno que pode abrigar empreendimento

A pedido do Ministério Público Federal, Justiça concedeu liminar que cancelou audiência pública que discutiria projeto

Moacyr Lopes Junior/Folha Imagem

AFRA BALAZINA

ENVIADA ESPECIAL A PERUIBE

A presença de índios tupis-guaranis na terra indígena Piaçagüera é hoje o principal entrave para a construção de um megaempreendimento em Peruíbe, no litoral sul de São Paulo: o Porto Brasil, projeto orçado em R\$ 6 bilhões e que divide opiniões no município.

Cerca de 50 famílias -ou 180 índios- vivem em cabanas e casas que foram de funcionários de uma ferrovia desativada que passa pelo terreno, conhecido como espólio (conjunto dos bens deixados

por alguém ao morrer) Leão Novaes.

Na última quarta-feira deveria ter ocorrido a primeira audiência pública sobre o projeto, mas a reunião foi cancelada por determinação do juiz federal substituto Antonio André Muniz Mascarenhas de Souza, por meio de uma liminar.

O cancelamento foi pedido pelo Ministério Público Federal pelo fato de a área abrigar uma população indígena.

Em comunicado, o órgão afirmou considerar "incongruente" que o Consema (conselho estadual do meio ambiente) dê início ao licenciamento de um empreendimento em uma área que o próprio poder público reconhece se tratar de terra tradicionalmente ocupada pelos índios.

O juiz cita em sua decisão o artigo 231 da Constituição, que afirma que as terras indígenas "são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis".

O artigo diz ainda que "é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras", a não ser que o Congresso Nacional aprove a medida.

Placas da Funai (Fundação Nacional do Índio) no local onde o porto pode futuramente ser construído informam tratar-se de área protegida, porém a terra ainda não foi oficialmente demarcada.

"A área foi delimitada em 2002, e o processo está sendo finalizado. Pode ser que a demarcação saia no Dia do Índio [19 de abril]", afirma Cristiano Hutter, chefe da Funai em Itanhaém/Peruíbe.

Os índios vivem da venda de artesanato e palmito, além de doações. Alguns trabalham na escola estadual indígena de primeira a quarta série do ensino fundamental.

Investimento

O investimento anunciado para a construção do porto de cargas pela empresa LLX -do grupo EBX, do empresário Eike Batista- é de R\$ 6 bilhões.

Como comparação, o Orçamento do município de Perúibe gira em torno de aproximadamente R\$ 105 milhões.

O projeto prevê a construção de uma ilha artificial com capacidade para receber 11 navios simultaneamente.

Como a profundidade chegará a 18,5 m, navios de grande porte poderão atracar ali. Uma ponte ligará a ilha ao continente -dessa forma, afirma a empresa, a praia não será impactada negativamente.

A população, em geral, vê o porto como possibilidade de progresso e modernização.

São previstos 30 mil empregos diretos e indiretos na construção do porto e outras 5.000 vagas na operação.

Ambientalistas criticam o projeto e afirmam que a obra trará enormes prejuízos. Perúibe conta com áreas preservadas de mata atlântica -parte da Juréia, que é uma unidade de conservação, por exemplo, fica dentro da área do município. Animais ameaçados de extinção, como o papagaio-da-cara-roxa, são vistos por ali.

As ONGs tentam chamar a atenção dos turistas para a poluição que o porto pode trazer. A ONG Mongue, de proteção ao sistema costeiro, distribuiu panfletos aos visitantes na Páscoa. "Aproveite o dia! Afinal, esta pode ser a última vez que você vem aqui", afirma o texto.

[Greve dos auditores da DRT prejudica atendimento](#)

Publicada em 28/03/2008 às 23h21m

SÃO PAULO - O segundo dia de greve dos auditores do trabalho por melhores salários prejudicou, na sexta-feira, o serviço ao público nas principais unidades do estado de São Paulo. Só na sede da Superintendência Regional (antiga DRT), no Centro, 303 trabalhadores deixaram de ser atendidos.

O Governo federal informou que pretende acabar com o impasse até a próxima semana.

Entre as atividades suspensas com a paralisação, destacam-se a homologação de demissões orientadas de dúvidas, entrada de seguro-desemprego e mesas-redondas. Cerca de 400 dos 700 funcionários no estado estão parados, segundo o Sindicato Paulista da categoria (Sinpait).

Pela manhã, os grevistas iniciaram o movimento com piquete em frente à sede da superintendência. Para fazer barulho, a mobilização contou até com banda de música.

- Tivemos 19 reuniões desde agosto do ano passado e até agora o Governo não ofereceu nada de interessante - destacou Luci Lipel, presidente do Sinpait. Os auditores do trabalho reivindicam a equiparação salarial com os funcionários da Advocacia Geral da União (AGU), que corresponde a um aumento de 33,33%. Com isso, o salário inicial passaria de R\$ 9 mil para R\$ 12 mil.

Nova assembléia

Luci adiantou ainda que os trabalhadores farão uma nova assembléia para avaliar o movimento grevista em nível nacional, às 14h de segunda-feira. No estado, os grevistas deverão retomar provisoriamente o atendimento na superintendência e gerências do Trabalho (as antigas subdelegacias).

Em visita a São Paulo, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou que o Governo enviará uma nova contraproposta à categoria na segunda-feira. Ele não adiantou detalhes.

- Precisamos negociar ao máximo e não importa o tempo necessário para acabar com esse impasse. É a melhor maneira de garantir um consenso com os auditores - comentou.

Lupi nada comentou ao ser questionado sobre o possível desconto dos dias parados.

Grandes bancos lucraram mais no governo Lula que no de FHC

Os quatro grandes bancos brasileiros registraram um lucro maior nos cinco anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva do que nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Os quatro bancos são Bradesco, Itaú, Unibanco e Banco do Brasil. A reportagem é de Guilherme Barros e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 30-03-2008.

No governo Lula, os quatro bancos lucraram R\$ 84,5 bilhões, 198,5% acima do resultado nos anos FHC. Se for excluído o Banco do Brasil, que registrou grandes prejuízos com o reconhecimento das perdas com créditos podres entre 1995 e 1997, os bancos lucraram 46,2% a mais no governo Lula. O trabalho foi elaborado pela consultoria Economática, tendo como base os valores dos bancos ajustados pelo IPCA até 31 de dezembro de 2007.

De acordo com Einar Rivero, da Economática, várias razões explicam esse desempenho recorde dos bancos brasileiros no governo Lula, apesar da queda dos juros.

Em primeiro lugar, o aquecimento da economia do país contribuiu fortemente para esse comportamento favorável dos bancos. Os bancos brasileiros souberam se preparar para também conseguirem obter resultados positivos com a expansão do crédito.

Outro ponto importante é que, no início do governo Lula, os juros ficaram muito altos durante um bom tempo, segundo a análise, o que também foi um fator que ajudou a engordar o lucro dos bancos.

Também auxiliou bastante o desempenho dos bancos no governo Lula a criação de novos tipos de empréstimos, principalmente os da área de previdência privada. Os fundos de previdência privada têm crescido significativamente nos últimos anos.

A queda do dólar também foi outro fator que ajudou a atrair recursos de fora para investir no país. Apesar de toda a crise financeira global, o especialista Einar Rivero acha que, ainda assim, os bancos no Brasil vão saber ganhar dinheiro.

"A principal matéria-prima dos bancos é o dinheiro e eles como ninguém sabem trabalhar com isso", diz Rivero.

Mundo do trabalho, sindicalismo e nanotecnologias. Entrevista especial com Ruy Gomes Braga Neto

[Mundo do trabalho](#), [sindicalismo](#) e [nanotecnologias](#). É sobre estes três temas que professor doutor Ruy Gomes Braga Neto comenta, nesta entrevista concedida à IHU On-Line por telefone. Ruy diz que o [sindicalismo brasileiro](#) vive uma flagrante crise, mas que “precisa ser definida de uma maneira mais consistente porque um setor do sindicalismo brasileiro evidentemente não se encontra em crise; é aquele que podemos chamar de burocracia sindical, integrante dessas grandes [centrais sindicais](#) que se encontram bastante bem acomodados no interior da estrutura do Estado”. O sociólogo falou também sobre sua pesquisa, em que relaciona sociedade, meio ambiente e [nanotecnologias](#). “A incorporação de nanotecnologias, tanto em termos de processo quanto em termos de produto, é uma tendência forte e que está presente no mundo do trabalho”, declarou. Ruy Gomes Braga Neto é doutor em Ciências Sociais, pela Universidade de Campinas – Unicamp. Atualmente, é membro do Centro Studi Trasformazioni Economico Sociali, da Itália, diretor do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo e professor da Universidade de São Paulo – USP. É autor de *Revolução invisível: desenvolvimento recente da nanotecnologia no Brasil* (São Paulo: Xamã, 2007), *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial* (São Paulo: Xamã, 2003) e *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea* (São Paulo: Xamã, 1997).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o panorama atual da relação do mundo do trabalho com o sindicalismo no Brasil?

Ruy Gomes Braga Neto – De uma maneira geral, se você pegar os países capitalistas desenvolvidos e os países capitalistas industriais, a despeito dos ritmos diferentes, o sindicalismo passa por uma flagrante crise em vários países, especialmente no Brasil. Essa crise precisa ser definida de uma maneira mais consistente, na medida em que um setor do [sindicalismo](#) brasileiro evidentemente não se encontra em crise; é aquele setor que podemos chamar de burocracia sindical, integrante dessas grandes centrais sindicais que se encontram bastante bem acomodadas no interior da estrutura do Estado. Entretanto, existe, de fato, uma crise do sindicalismo brasileiro que acompanha uma tendência mundial, se pensarmos numa idéia muito importante para o sindicalismo em diferentes [modelos históricos](#). Essa crise é a da organização de base do militantismo de operários ou dos trabalhadores. Isso significa que existe uma crise no [sindicalismo brasileiro](#), no ativismo sindical e nas formas de ação coletiva estruturadas em torno da democracia do trabalho, ou seja, das decisões tomadas na base e implementadas de alguma maneira pelas direções sindicais. Nesse sentido, dentro de uma parcela do sindicalismo brasileiro, está bem integrada a nova ordem do trabalho e dos sindicatos.

O sindicalismo estruturado em torno das ações coletivas, da solidariedade e das formas de militância sindical, encontra-se em crise. As razões dela são múltiplas e complexas, passando tanto pela dimensão subjetiva quanto pela dimensão objetiva. Do ponto de vista objetivo, poderia citar notadamente a configuração de um novo regime de acumulação brasileiro com predominância financeira. Ele alterou significativamente o meio ambiente das empresas, que aponta para três direções principais. A primeira delas diz respeito à individualização das relações de trabalho e, conseqüentemente, à fragmentação dos coletivos operários das décadas de 1970 e 1980. A segunda dimensão passa pelo processo de terceirização e subcontratação, o que faz com que o sindicalismo encontre fortes dificuldades para organizar sua base. Na terceira, temos a precarização do estatuto reprodutivo do assalariado. As causas subjetivas derivam daquilo que podemos identificar como a integração das forças sociais do trabalho a ordem neoliberal. Isso supõe uma integração do principal partido operário, que é o PT, ao Estado e, conseqüentemente, à Central Única dos Trabalhadores. Subjetivamente, isso foi um processo complexo cheio de idas e vindas, mas que, de forma consistente, opera no sentido de aumentar a crise do [militantismo sindical](#).

IHU On-Line – Uma das principais reclamações, hoje, por parte dos trabalhadores é de que os sindicatos já não lutam mais por uma causa verdadeira; eles só se relacionam com essas instituições quando acontecem os dissídios ou para associar-se a algum tipo de benefício de entretenimento proporcionado. Os sindicatos até a década de 1980 tiveram um importante papel em relação aos direitos dos trabalhadores. O que aconteceu com os sindicatos?

Ruy Braga Neto – Basicamente, eles se burocratizaram. Ou seja, a camada de dirigentes sindicais que lideravam os sindicatos cutistas na década de 1980 se distanciaram das suas bases. Isso fez com que o [próprio sindicato](#) e sua democracia se distanciasse também do interesse real dos trabalhadores ou ficasse circunscrito a um momento especial, como é o dissídio coletivo. Houve um processo de burocratização, ao longo das décadas de 1980 e 1990, nessa direção sindical. Ela se tornou cada vez mais distante da base e, conseqüentemente, decorreu desse processo também um desmoronamento da democracia sindical, o que aumenta a sensação de que [os sindicatos](#) só estão presentes nos momentos especiais.

IHU On-Line – Qual é a análise que faz dos movimentos sociais em prol dos trabalhadores hoje no país?

Ruy Braga Neto – Bom, a existência de um governo como o de Lula, que, de alguma maneira, dialoga com mais consistência com os movimentos sociais, alterou bastante o panorama da ação política dos movimentos sociais no Brasil nos últimos anos. Entretanto, a idéia geral que permanece de pé é a de que os movimentos sociais encontram-se em crise e lutando de maneira defensiva, ou seja, eles buscam garantir direitos e conquistas passadas, mais do que ampliar o horizonte das vitórias e dos benefícios futuros. Nesse sentido, se você pensar nos principais [movimentos sociais](#) que temos no país, o movimento sindical é seguramente o mais importante deles. É possível perceber claramente essa luta defensiva pela manutenção de determinados direitos e garantias sociais trabalhistas. Por outro lado, esse é um processo que também acontece com, por exemplo, o MST e diferentes movimentos sociais representativos da sociedade civil. Então, existe uma luta defensiva, mais do que uma luta ofensiva pela ampliação dos direitos e das garantias, pelo aumento da democracia brasileira e que se torna mais turvo quando se pensa na realidade do governo Lula. Por exemplo, o governo Lula entregou, no primeiro mandato, o Ministério do Trabalho à CUT, o que, evidentemente, traz repercussões no [âmbito sindical](#). Por outro lado, ele tem uma Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, muito identificada com o movimento ecológico, mas que faz uma política pró-agrobusiness. Ou seja, essas contradições ajudam a turvar o panorama. De modo geral, no entanto, eu diria que existe um consenso entre os pesquisadores, segundo o qual os movimentos sociais encontram-se hoje numa luta defensiva, mais do que uma luta pela [ampliação dos direitos](#) e das garantias.

IHU On-Line – Qual é a sua análise, como sociólogo, do trabalho informal?

Ruy Braga Neto – A estrutura do mercado de trabalho brasileiros, nos últimos 25 anos, mudou. Ou seja, você tinha uma estrutura em torno do [trabalho formal](#), que era predominante quantitativamente, e agora tem uma inversão disso. Hoje, o trabalho informal é quantitativamente maior. É uma tendência que acompanha o comportamento econômico brasileiro de modo geral. Acompanha também tendências internacionais de [informalização do trabalho](#), que têm evidentemente como fonte o retrocesso das lutas sociais, que acabou fazendo com que os direitos e as conquistas progressivamente fossem bombardeados e diminuídos. Isso se repercute na estrutura do mercado de trabalho, mas também na própria idéia de um trabalho com carteira assinada que tenha um mínimo de vinculação com benefícios e garantias sociais, porque o trabalho não é apenas o salário. Ele é o salário e a inserção numa forma especial de democracia e reprodução econômico-democrática, que é a forma do direito social. É isso que tem retrocedido.

IHU On-Line – Você está desenvolvendo uma pesquisa que estuda nanotecnologias, sociedade e meio ambiente. Como essas áreas, juntas, se relacionam com as lideranças trabalhistas e as entidades defensoras de direitos difusos da sociedade dentro deste novo contexto?

Ruy Braga Neto – O [desenvolvimento de nanotecnologias](#) é uma tendência mundial e aponta para um horizonte das transformações capitalistas num próximo período. Isso significa que a incorporação de nanotecnologias, tanto em termos de processo quanto em termos de produto, é uma tendência forte e está presente no mundo do trabalho. A pesquisa, naquilo que me diz respeito, tem ligação com duas frentes principais. A primeira delas passa pela discussão sobre o papel e o [espaço da nanotecnologia](#) na estrutura produtiva brasileira hoje e as suas tendências de ampliação e crescimento. Por outro lado, o impacto da difusão das nanotecnologias, seja em termos de processo, seja em termos de produto no contexto das empresas, e conseqüentemente o impacto em termos de

emprego e saúde do trabalhador, carrega consigo um potencial de [risco muito alto](#). As pesquisas epidemiológicas, de risco, são muito pouco numerosas. Isso aumenta o espaço de indeterminação da utilização dessa base tecnológica nova nos processos de trabalho e produtivo de uma maneira em geral. Os aspectos do meio ambiente entram também nessa discussão sobre o risco. Sabe-se muito pouco do [comportamento de partículas](#) produzidas com base [nanotecnológica](#) no meio ambiente e na saúde do trabalhador, daqueles que manuseiam diretamente [essa tecnologia](#).

IHU On-Line – Para o senhor, qual é a influência do capitalismo no futuro das sociedades?

Ruy Braga Neto – A influência que você pode imaginar no processo de valorização do capital que só conhece o impulso pelo crescimento do valor, da quantidade do dinheiro e passa por cima das necessidades humanas mais elementares. Nesse sentido, se não houver um esforço coletivo solidário de regulação dessa lógica de acumulação de dinheiro, muito provavelmente acontecerá uma degradação sócio-ambiental cada vez maior, colocando em risco, inclusive, a existência humana na Terra.

[Programas sociais elevam renda de mais pobres em 19% e atendem ¼ da população](#)

Estudo do IBGE mostra impacto do Bolsa-Família e outros benefícios, que já chegam a 1/4 da população

Os rendimentos dos brasileiros que recebem programas sociais do governo federal cresceram 19,4% acima da inflação entre 2004 e 2006, afirma estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado ontem. A variação da renda foi maior que a dos lares sem programas sociais (16,9%). A reportagem é do jornal O Estado de S. Paulo, 29-03-2008.

O IBGE também mostra, porém, em outro trabalho baseado na PNAD, que o avanço nos ganhos não foi seguido no mesmo ritmo pelo acesso à educação: dos 59,1 milhões de jovens de zero a 17 anos, 14,29 milhões não estavam em creche nem escola em 2006.

Também o trabalho infantil, apesar de cair levemente, mostrou resistência, sobretudo na faixa mais jovem fora do Bolsa-Família.

“Se do ponto de vista econômico (o Brasil) é um país bastante desenvolvido, do ponto de vista social o que a gente observa ainda é a presença de indicadores não tão desenvolvidos quanto os econômicos, e portanto programas como esse de transferência de renda são absolutamente essenciais para nós pensarmos a redução da desigualdade”, disse o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

A secretária nacional de Renda e Cidadania, Rosani Cunha, relativizou o peso do Bolsa-Família, um dos programas analisados no estudo, na melhoria dos rendimentos. “A economia brasileira está crescendo para toda a população, inclusive para a população pobre. O Bolsa-Família é um dos elementos que têm contribuído para aumentar o consumo, mas não é o único. Temos o aumento do salário mínimo, a geração de empregos, temos vários fatores, inclusive o Bolsa-Família.”

O estudo abordou o Bolsa-Família, dirigido a famílias com crianças com 7 a 14 anos na escola; o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes físicos muito pobres; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), destinado a tirar crianças de atividades econômicas para devolvê-las às escolas; e outros programas sociais da União, de Estados e de municípios.

De acordo com o trabalho, em 2006 o Bolsa-Família foi o programa social que atingiu maior número de domicílios, 8.126.000, enquanto o BPC chegou a 1.213.000, e o Peti, a 267 mil.

A melhoria na renda também se deve a outros fatores, como o crescimento do trabalho formal, com carteira assinada, no período. Ela foi generalizada nacionalmente no período, tendo atingido tanto os domicílios que receberam programas sociais como os que não receberam. Na primeira categoria, a parcela com carteira assinada era de 32,9% em 2004 e 35,2% em 2006; na segunda, o crescimento foi de 54,8% para 56,8%.

Brasil tem 1,4 milhão de crianças de 5 a 13 anos trabalhando

Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativo a 2006 mostra que o Brasil tem 1,4 milhão de crianças e jovens de 5 a 13 anos trabalhando, o que é proibido por lei. Apesar dos programas sociais do governo, a proporção - 4,5% da população nessa faixa etária - é a mesma de 2004. No grupo de 5 a 17 anos, o total de ocupados chega a 5,1 milhões e a proporção caiu de 11,8% para 11,5% no mesmo período. A reportagem é de Felipe Werneck, Wilson Tosta e Tiago Décimo e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 29-0-2008.

O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, considera os números “preocupantes, na medida em que a legislação proíbe o trabalho” de menores de 14 anos. “Mas a realidade também nos revela que há uma população com nível de renda tão baixo que a família se vê obrigada a inserir as crianças numa idade ainda incipiente no mercado de trabalho”, ressaltou, no Rio.

Para ele, o ritmo de queda do trabalho infantil ainda é lento. Por isso, acha que a obrigação de manter crianças na escola como condição para receber o Bolsa-Família deve ser mantida.

Segundo o IBGE, do total de crianças e adolescentes ocupados, 41,4% exercem atividades agrícolas - na faixa de 5 a 13 anos são 62,6%. Dos ocupados de 5 a 13 anos, 60% exercem atividades não-remuneradas e 51,2% trabalham até 14 horas semanais - 95,1% estão em atividades agrícolas e sem remuneração.

No grupo de 5 a 17 anos, 45,9% são empregados domésticos e 36,1% não-remunerados. A jornada média é de 26 horas semanais - 28,6% cumprem jornada de 40 horas ou mais. O estudo mostra que 47,3% trabalham sem pagamento e 14,1% ganham menos de um quarto do salário mínimo. O rendimento médio dos ocupados é de R\$ 210.

Segundo o IBGE, o trabalho infantil, principalmente a partir dos 14 anos, está “diretamente relacionado” ao não comparecimento à escola. Na faixa de 5 a 17 anos, o percentual de ocupados sem instrução ou com menos de um ano de estudo (28%) era superior ao dos não-ocupados (15,7%).

A secretária Nacional de Assistência Social, Ana Gomes, cita fatores culturais que dificultam o combate ao trabalho infantil. “Ficou claro que quanto mais informação e escolarização os pais têm, mais a criança fica fora do trabalho infantil. Mesmo transferindo renda não se consegue tirar a criança do trabalho”, disse. “Os pais estão cometendo uma ilegalidade, mas só dizer que é proibido não resolve. Temos que entrar nos dados, entender isso, para que formular melhor a ação.”

Para juiz gaúcho, funk 'Tapinha' descreve humilhação contra a mulher

"Tapa na Cara" pode; "Tapinha", não. Esse é o entendimento da Justiça Federal de Porto Alegre, que condenou a produtora Furacão 2000 Produções Artísticas - responsável pelo funk "Tapinha", do refrão "Tapinha não dói", sucesso de Mc Naldinho e Bella Furacão em rádios e casas noturnas do país no começo da década- a pagar R\$ 500 mil por danos morais às mulheres. A reportagem é de Matheus Pichonelli e Felipe Bächthold e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 29-03-2008.

Na mesma decisão, no entanto, eximiu de responsabilidade a Sony Music pela música "Tapa na Cara", do grupo Pagodart, lançada pela gravadora em CD.

A ação foi movida pelo Ministério Público Federal a pedido da ONG Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, de defesa às mulheres.

De acordo com a ONG, ambas as letras das músicas eram "ofensivas à dignidade da mulher", "influenciavam o cotidiano das pessoas" e "banalizavam a violência", além de serem discriminatórias e de legitimarem a violência masculina.

A Themis pediu também a condenação da União por permitir a difusão das músicas.

Querida que a União fosse condenada a cumprir um artigo da Convenção de Belém (PA) para promover a "inclusão, nos contratos de concessão de exploração dos meios de comunicação, de

cláusulas específicas que importem em observância dos parâmetros de erradicação da violência e promoção da dignidade da mulher".

A Justiça, entretanto, condenou apenas a Furacão 2000.

"Artística"

Para o juiz Adriano Vitalino dos Santos, o tapa descrito no funk provocava dor física e abalo psíquico.

Na outra canção, o tapa era uma manifestação "artística" que aborda o masoquismo.

De acordo com o juiz Santos, a música "Tapinha" (Se te bota maluquinha/Um tapinha eu vou te dar porque: Dói, um tapinha não dói), de Mc Naldinho e Bella Furacão, descreve uma situação de um gesto humilhante.

"O "tapa" (...) evidentemente causa dor física na vítima, além do abalo psíquico decorrente da humilhação que o gesto em si constitui", escreveu Santos na sentença.

Já sobre a música "Tapa na Cara" (Tapa na cara/Na cara mamãe/Se você quiser, ai eu vou te dar), o magistrado afirmou que a letra "apenas relata um encontro amoroso entre um homem e uma mulher, que implora ao parceiro para que lhe dê tapas durante o ato sexual".

"Na esfera privada, é vedada a quem quer que seja, Estado ou particular, a intromissão sem consentimento."

A ação tramitava na Justiça Federal em Porto Alegre desde 2003. A sentença foi proferida em Mafra (SC), em 19 de fevereiro, durante um mutirão da Justiça.

Omissão

Rúbia da Cruz, coordenadora da ONG Themis que elaborou a representação que deu origem à ação na Justiça, afirma que vai recorrer da decisão que absolveu a Sony Music e a União.

Para a entidade, o Estado se omitiu ao permitir a veiculação pelo país de duas músicas com conteúdo que ofende as mulheres. Rúbia da Cruz, porém, diz que foi surpreendente o valor que a Furacão 2000 acabou condenada a pagar.

'Tapa de amor não dói? Dói. E muito'

Feministas, pesquisadores da USP e da Unicamp, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e até a Anistia Internacional dizem repudiar o funk "Tapinha", que, segundo eles, "dói, sim [e humilha]". E aplaudiram a decisão da [Justiça Federal gaúcha](#) segundo a qual a letra "banaliza a violência contra as mulheres". A reportagem é de Vinícius Queiroz Galvão e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 29-03-2008.

"A música é um grau de liberdade sem limites que associa erotismo e violência contra a mulher. Está na contramão do debate da violência contra as mulheres. Não pode ser defendida como uma expressão artística inocente. O que está em discussão é a responsabilidade cultural e social de um grupo que exerce influência de massa", diz a feminista Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, que desenvolve projetos sobre direitos da mulher.

Para a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, "a decisão da Justiça é muito boa".

"O que é mais importante é o simbolismo [da decisão]. A sociedade vai se acostumando a isso. Então um tapinha não dói nas crianças, um tapinha não dói nas mulheres e isso se vulgariza. É banalizar a violência e a forma de as pessoas se relacionarem", afirmou a ministra.

A socióloga Vânia Pasinato, do Núcleo de Estudos da Violência da USP e pesquisadora da Unicamp, diz que o funk "Tapinha" é discriminatório e reforça a idéia de que a violência contra as mulheres não deve ser combatida.

"A música passa essa mensagem. Tapa de amor não dói? Dói. E muito. A música tem um caráter discriminatório. E [a decisão é] uma medida positiva, que deve servir de alerta para que se promova mais a igualdade e menos a violência. Não se combate a violência só pelo agressor. A maneira mais eficaz é mexer na cultura e na educação", avalia Pasinato.

Em relatório, a Anistia Internacional diz que a letra "Se te bota maluquinha / um tapinha vou te dar / Porque / Dói, um tapinha não dói" é "exemplo de uma grande aceitação cultural da submissão feminina".

"A mídia às vezes estimula a visão de que a violência contra a mulher é aceitável, até sexy", diz o relatório.

Para a ministra, não houve exagero do politicamente correto. "Um tapinha dói, sim. Humilha. Sou mulher e não gosto de ser tratada dessa maneira."

Certificação digital permite economia e rapidez na justiça

Está em andamento no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul o projeto de aquisição de certificados digitais para magistrados, escrivães, chefes de cartório e diretores de secretarias do Tribunal de Justiça de MS. O projeto, que foi iniciado após a adesão do TJMS ao convênio celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Receita Federal do Brasil, a fim de que os magistrados sul-mato-grossenses possam ter acesso, on-line, aos cadastros de contribuintes, irá se estender para outros procedimentos do judiciário que irão propiciar economia e celeridade.

A Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça está desenvolvendo sistemas para que seja disponibilizada a certificação digital em serviços do TJ, como já acontece no Diário da Justiça. Por meio do serviço, magistrados e servidores poderão, mediante a assinatura digital, movimentar documentos de forma on-line, em tempo real, em ambiente confiável com relação à segurança e à origem da informação. Com a implantação dos sistemas, o que deve se concretizar até o final do ano, o judiciário sul-mato-grossense terá uma grande economia com papéis, tintas e impressões, além de agilizar os procedimentos administrativos e jurisdicionais da justiça.

Procedimento – O Tribunal de Justiça de MS irá adquirir 400 certificados digitais, com validade de três anos, que serão distribuídos primeiramente a desembargadores, juízes auxiliares da administração e diretores de secretarias do TJ. Em uma segunda fase os contemplados serão os magistrados, escrivães e chefes de cartório de Campo Grande e, em um terceiro momento, analistas do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas e Internet percorrerão todas as comarcas do Estado para a conclusão das entregas.

Na distribuição dos certificados, um agente da autoridade de registro validará a documentação de magistrados e servidores, que será enviada para a autoridade certificadora liberar o certificado para a instalação nos tokens. O token é um dispositivo eletrônico, geralmente ligado à porta USB do computador, que gera uma nova senha numérica aleatória a cada 36 segundos ou de acordo com a programação previamente realizada, para ser utilizada como um fator de segurança adicional em transações realizadas pela internet. O dispositivo armazena as chaves privadas e os certificados digitais, e possui vários algoritmos de criptografia como o RSA, DES e 3DES.

O dispositivo eletrônico será entregue ao titular selecionado, que no ato do recebimento assinará Termo de Responsabilidade quanto à guarda e conservação do equipamento. O token funciona como mídia armazenadora das chaves privadas dos usuários, acessadas por meio de uma senha pessoal.

No mesmo momento da distribuição, um analista da Secretaria de Informática estará presente para explicar o funcionamento e como deve ser utilizado o certificado digital.

A instalação efetiva dos certificados será realizada pelos agentes técnicos de informática de cada comarca, que passarão por treinamentos específicos em abril e maio, com duas turmas, e atuarão como replicadores de informática nas comarcas. A previsão é de que a conclusão das entregas dos certificados e instalações em todo o judiciário estadual aconteça até o mês de agosto.

Normatização – A Portaria nº 70, publicada no Diário da Justiça de 25 de março de 2008, estabeleceu as diretrizes básicas quanto ao uso da assinatura eletrônica e a conservação e guarda do dispositivo eletrônico token, no âmbito do Poder Judiciário. A normatização tem por objetivo estabelecer regras, atribuir responsabilidades e padronizar a utilização do certificado, que

representará a identidade da pessoa no mundo virtual.

Saiba mais – O certificado digital é uma forma de identificação pessoal que pode ser verificada eletronicamente e faz uso da criptografia assimétrica para garantir: autenticidade, sigilo/confidencialidade, integridade e não repúdio.

O certificado digital é confiável porque a autoridade certificadora estabelece a identidade dos portadores de certificados digitais e gerencia a validade. Cada certificado possui a assinatura da autoridade certificadora que garante a sua autenticidade. Os certificados do TJMS serão assinados pela Certisign, entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Instituída em 2001, a ICP-Brasil, cuja Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) é o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, encontra-se hoje plenamente operacional e adquiriu o status de Sistema Nacional de Certificação Digital. A entidade é a responsável pelo reconhecimento e validade jurídica da certificação digital.

O certificado digital é um documento eletrônico, emitido por uma entidade credenciada na ICP-Brasil chamada Autoridade Certificadora (AC), que contém informações sobre uma pessoa ou empresa. Na prática, funciona como uma carteira de identidade virtual que assegura a autenticidade, integridade e validade jurídica de uma mensagem ou transação eletrônica. Na internet, o certificado digital é a forma de garantir a identidade das partes envolvidas.

A ICP-Brasil é regida por um conjunto de regras e normas, baseadas em padrões públicos internacionais, que são definidas no país por um comitê gestor composto por representantes do governo e da sociedade civil. Entre suas tarefas, compete definir níveis técnicos mínimos, homologar sistemas e mídias de certificação digital e garantir interoperabilidade entre eles, além de zelar pela confiabilidade das informações.

A autoridade de registro é uma entidade vinculada a uma autoridade certificadora que identifica e cadastra usuários de forma presencial, encaminha solicitação do certificado e respectiva Autoridade Certificadora e mantém o registro de suas operações.

Padrões e empregados divergem sobre redução de jornada

Edson Santos

Representantes das empresas e dos trabalhadores analisam relação entre redução da carga horária e competitividade.

Representantes de entidades patronais e de centrais sindicais divergiram, nesta quinta-feira, sobre a proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais - um dos principais pontos do Projeto de Lei 7663/06, do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), discutido em audiência na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Para o relator da matéria, deputado Roberto Santiago (PV-SP), que sugeriu o debate, a redução da jornada melhorará o nível de empregabilidade no País.

Já o advogado e consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Dagoberto Lima Godoy criticou a eventual redução linear por meio de lei e disse que ela deve ser feita por meio de convenções e acordos coletivos. Segundo Godoy, isso permitirá que apenas os setores mais competitivos reduzam a duração máxima da jornada de trabalho.

Entretanto, Daniel Almeida ressaltou não haver conflito entre o texto e a Constituição, que estabelece a jornada máxima de 44 horas semanais. Para Almeida, essa duração não pode ser aumentada por legislação infraconstitucional, mas nada impede que seja reduzida por lei ordinária. Negociação coletiva

O representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) Mário Teixeira ponderou que a redução da jornada não impede que as empresas mais competitivas rebaixem esse patamar por meio de negociação coletiva. Para a advogada Adriana Giuntini, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), entretanto, a eventual redução da jornada por meio de lei vai

"petrificar" as relações trabalhistas.

Na avaliação do representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Henrique de Oliveira, pelo menos dois fatores permitem a redução da jornada de trabalho no Brasil: a conjuntura econômica favorável e o quadro de novas tecnologias e métodos organizacionais dos recursos produtivos.

O deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS) complementou que a redução da jornada promoveria uma redistribuição de renda. Na opinião do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Cláudio José Montesso, há espaço para a redução da jornada, mas a medida só vai gerar novos empregos se for restringida a prestação de horas extras.

Aumento da produtividade

Para o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos, as possíveis perdas das empresas com a redução da jornada serão compensadas com o aumento da produtividade, pois, em sua avaliação, com mais tempo para a família e o lazer, o trabalhador terá melhor desempenho profissional.

Dagoberto Godoy, da CNI, contestou o raciocínio argumentando que não é a jornada de trabalho que toma tempo do empregado, mas a qualidade do sistema de transporte no Brasil. No Rio de Janeiro, o trabalhador gasta em média 7 horas por semana com transporte, exemplificou.

Apropriação de ganhos

O secretário de Políticas Públicas da União Geral dos Trabalhadores, Valdir Vicente de Barros, defendeu investimentos em formação tecnológica dos trabalhadores para aumentar a produtividade. Já o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antônio dos Santos Neto, destacou que os ganhos de produtividade registrados nos últimos anos foram apropriados em sua totalidade pela classe patronal. A redução da jornada, segundo ele, seria uma forma de assegurar ao trabalhador um benefício em razão do aumento da lucratividade das empresas.

O presidente da Comissão de Trabalho, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), discordou da avaliação. É o Estado, segundo ele, que tem se apropriado da maior parte dos rendimentos auferidos pelas empresas com o aumento da produtividade, pois elevou a carga tributária, que hoje supera 37% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na avaliação do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), a discussão sobre a redução da jornada de trabalho está ultrapassada e deveria ser substituída pelo debate sobre a criação de mecanismos para assegurar a produtividade. Em algumas empresas, afirmou, os funcionários responsáveis por excelentes resultados não precisam se submeter a nenhum tipo de controle de jornada.